DocuSign Envelope ID: EC017CA0-1665-4B48-9901-FA2DBF606FC0

CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.

CNPJ nº 22.467.235/0001-20

Demonstração Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	142	110
Contas a receber	483	417
Impostos a recuperar	4	3
Outros créditos	60	41
Total do ativo circulante	689	571
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3	5
Depósitos judiciais	3	3
	6	8
Ativo de contrato	5.486	529
Intangível	12.233	12.517
Total do ativo não circulante	17.725	13.054
Total do Ativo	**18.414**	**13.625**

Balanços Patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)/Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.444	915
Fornecedores	669	198
Obrigações sociais	191	164
Obrigações fiscais	32	46
Partes relacionadas	3	1.230
Outras obrigações	194	13
Total do passivo circulante	2.533	2.566
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	3.533	4.711
Partes relacionadas	13.461	7.261
Provisão para ações judiciais	–	1
Total do passivo não circulante	16.994	11.973
Total do passivo	19.527	14.539
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		
Capital social	3.200	3.200
Prejuízos acumulados	(4.313)	(4.114)
Total do patrimônio líquido	(1.113)	(914)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	**18.414**	**13.625**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.200	(3.397)	(197)
Prejuízo do exercício	–	(717)	(717)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.200**	(4.114)	**(914)**
Prejuízo do exercício	–	(199)	(199)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.200**	(4.313)	**(1.113)**

Demonstrações do Resultado do Exercício	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	11.080	7.633
Custo dos Serviços Prestados	(9.651)	(6.660)
Lucro Bruto	1.429	973
Receitas e Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(418)	(359)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	27	40
	(391)	(319)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	1.038	654
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	93	135
Despesas financeiras	(1.328)	(1.506)
	(1.235)	(1.371)
Prejuízo do Exercício	(197)	(717)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferidos	(2)	–
	(2)	–
Prejuízo do Exercício	**(199)**	**(717)**

Demonstrações do Resultado Abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do Exercício	(199)	(717)
Total do resultado abrangente do exercício	**(199)**	**(717)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(199)	(717)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2	–
Amortização de intangível	603	479
Juros sobre empréstimos e financiamentos	774	771
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	294	567
Baixas do ativo intangível	14	1
Provisão para perda de crédito esperada	(1)	(3)
Provisão para ações judiciais	(1)	1
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(65)	(150)
Impostos a recuperar	(1)	85
Outros créditos	(19)	43
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	471	5
Obrigações sociais	27	28
Obrigações fiscais	(14)	37
Partes relacionadas	(25)	1.222
Outras obrigações	181	(11)
Caixa gerado nas atividades operacionais	2.041	2.358
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(834)	(635)
Caixa oriundo das atividades operacionais	1.207	1.723
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo intangível	(296)	(2.247)
Aquisição de ativo de contrato	(4.994)	(494)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(5.290)	(2.741)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(589)	–
Liberação (captação) de empréstimos com partes relacionadas	4.704	894
Caixa gerado nas atividades de financiamento	4.115	894
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	32	(124)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	110	234
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	142	110
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	32	(124)

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Fernando Schlieper - Diretor Administrativo e Financeiro

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e aos Acionistas da **CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. -** Paraibuna - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis.** Examinamos as demonstrações contábeis da **CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2024

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC SP 013846/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações contábeis completas auditadas da Sociedade podem ser acessadas no site da Companhia e no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.gazetasp.com.br/

Palmeiras Saneamento S.A.

CNPJ nº 50.134.417/0001-15

Demonstração Contábeis - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial – **Ativo**	31/12/2023
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	20.880
Contas a receber	1.218
Impostos a recuperar	50
Outros créditos	72
Total do ativo circulante	22.220
Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	399
Outros créditos	4
	403
Ativo de contrato	203
Intangível	6.436
Total do ativo não circulante	7.042
Total do Ativo	**29.262**

Balanço Patrimonial – **Passivo e Patrimônio Líquido**	31/12/2023
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	35
Fornecedores	692
Obrigações sociais	229
Obrigações fiscais	89
Partes relacionadas	43
Outras obrigações	6
Concessão de serviços públicos	2.052
Total do passivo circulante	3.146
Não Circulante	
Empréstimos e financiamentos	24.000
Total do passivo não circulante	24.000
Total do passivo	27.146
Patrimônio Líquido	
Capital social	2.906
Prejuízos acumulados	(790)
Total do patrimônio líquido	2.116
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**29.262**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 7 de março de 2023 - data da constituição				
Prejuízo do exercício	–	–	(790)	(790)
Integralização de capital	5.689	(2.783)	–	2.906
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.689**	**(2.783)**	**(790)**	**2.116**

Demonstração do Resultado	31/12/2023
Receita Líquida	**7.805**
Custo dos Serviços Prestados	**(6.920)**
Lucro (Prejuízo) Bruto	**885**
Receitas e Despesas Operacionais	
Gerais e administrativas	(980)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	2
	(978)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(93)
Resultado Financeiro	
Receitas financeiras	1.384
Despesas financeiras	(2.480)
	(1.096)
Prejuízo Operacional antes dos Impostos	(1.189)
Imposto de Renda e Contribuição Social	
Diferidos	399
	399
Prejuízo Líquido do Exercício	**(790)**

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2023
Prejuízo Líquido do Exercício	(790)
Total do resultado abrangente do exercício	**(790)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(790)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(399)
Amortização de intangível	141
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.831
Atualização monetária da concessão dos serviços públicos	59
Variação nos ativos operacionais:	
Contas a receber	(1.218)
Impostos a recuperar	(50)
Outros créditos	(76)
Variação nos passivos operacionais:	
Fornecedores	692
Obrigações sociais	229
Obrigações fiscais	89
Partes relacionadas	43
Outras obrigações	6
Concessão dos serviços públicos	(2.007)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.450)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.796)
Caixa oriundo das atividades operacionais	(3.246)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Aquisição de ativo intangível	(6.102)
Aquisição de ativo de contrato	(678)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(6.780)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Integralização de capital	2.906
Captações de empréstimos e financiamentos	24.000
Constituição de concessão dos serviços públicos	4.000
Caixa gerado nas atividades de financiamento	30.906
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	20.880
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	20.880
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	20.880

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Carlos Roberto Ferreira - Diretor Técnico

Thiago Tuffy Said - Diretor Administrativo e Financeiro

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP 266.229/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e aos Acionistas da **Palmeiras Saneamento S.A. -** Santa Cruz das Palmeiras - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Palmeiras Saneamento S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Palmeiras Saneamento S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2024.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações contábeis completas auditadas da Sociedade podem ser acessadas no site da Companhia e no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.gazetasp.com.br/

SANEL - Saneamento de Luiz Antonio S.A.

CNPJ nº 39.376.964/0001-74

Demonstração Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante	**1.611**	**1.273**
Caixa e equivalentes de caixa	780	499
Contas a receber	787	694
Impostos a recuperar	26	56
Outros créditos	18	24
Não circulante	11.824	6.699
Realizável a longo prazo	416	445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	415	443
Outros créditos	1	2
Ativo de contrato	5.741	1.465
Intangível	5.667	4.789
Total do ativo	**13.435**	**7.972**

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**1.168**	**1.088**
Empréstimos e financiamentos	613	631
Fornecedores	355	255
Obrigações sociais	69	65
Obrigações fiscais	62	89
Partes relacionadas	69	44
Outras obrigações	–	4
Não circulante	5.356	2.000
Empréstimos e financiamentos	1.429	2.000
Partes relacionadas	3.922	–
Provisão para ações judiciais	5	–
Total do passivo	6.524	3.088
Patrimônio líquido	6.911	4.884
Capital social	7.000	5.308
Prejuízos acumulados	(89)	(424)
Total do passivo e patrimônio líquido	**13.435**	**7.972**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	7.000	(3.382)	(1.118)	2.500
Lucro líquido do exercício	–	–	694	694
Integralização de capital	–	1.690	–	1.690
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.000**	**(1.692)**	**(424)**	**4.884**
Lucro líquido do exercício	–	–	335	335
Integralização de capital	–	1.692	–	1.692
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.000**	**–**	**(89)**	**6.911**

Demonstrações do resultado do exercício	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	10.290	6.709
Custo dos serviços prestados	(8.260)	(4.767)
Lucro (prejuízo) bruto	2.030	1.942
Receitas e despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(919)	(491)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	16	13
	(903)	(478)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.127	1.464
Resultado financeiro: Receitas financeiras	135	182
Despesas financeiras	(786)	(635)
	(651)	(453)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	476	1.011
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(113)	(186)
Diferidos	(28)	(131)
	(141)	(317)
Lucro líquido do exercício	**335**	**694**

Demonstrações do resultado abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	335	694
Total do resultado abrangente do exercício	**335**	**694**

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	335	694
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	131
Amortização de intangível	217	197
Juros sobre empréstimos e financiamentos	344	415
Juros sobre mútuos	152	–
Baixas do ativo intangível	–	1
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	102	(117)
Provisão para ações judiciais	5	–
Variação nos ativos operacionais: Contas a receber	(195)	(229)
Estoques	–	2
Impostos a recuperar	30	(51)
Outros créditos	7	5
Variação nos passivos operacionais: Fornecedores	100	181
Obrigações sociais	4	(10)
Obrigações fiscais	(27)	60
Partes relacionadas	25	(14)
Outras obrigações	(4)	–
Caixa gerado nas atividades operacionais	1.123	1.265
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(362)	(517)
Caixa oriundo das atividades operacionais	761	748
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(1.034)	(807)
Aquisição de ativo de contrato	(4.337)	(1.441)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(5.371)	(2.248)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	1.692	1.690
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(571)	(429)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	4.891	1.261
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	281	(239)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	499	738
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	780	499
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	281	(239)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e aos Acionistas da **Sanel - Saneamento de Luiz Antonio S.A.** Luiz Antônio - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Sanel - Saneamento de Luiz Antonio S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sanel - Saneamento de Luiz Antonio S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

Ribeirão Preto, 25 de março de 2024

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/0-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/0-8

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Carlos Roberto Ferreira - Diretor Técnico

Thiago Tuffy Said - Diretor Administrativo e Financeiro

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP 266.229/0-8

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações contábeis completas auditadas da Sociedade podem ser acessadas no site da Companhia e no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.gazetasp.com.br/

Processo 1001663-23.2022.8.26.0219 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - B.A.C. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Guararema, Estado de São Paulo, **Dr(a). ALEXANDRE MUNOZ**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a SEREIAZINHA AGENCIA DE VIAGENS LTDA,** CNPJ: 51.488.500/0001-55, representada por Nerinaldo Jesus da Conceição, CPF: 316.760.718-14, que lhe foi proposta ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, convertida em Execução de Título Extrajudicial por parte de **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, alegando ser credor da ré da quantia de R$ 66.680,21 (dezembro/2022), referente ao grupo de consórcio nº 02836/305, onde a ré após contemplação, adquiriu o seguinte bem: Automóvel Marca CITROEN, Modelo: C4 CACTUS FEEL BU, Ano 2020, Cor Cinza, Placa EEV3843, Chassi 9350WNFNYLB502901, Renavam 01193936400, alienando-o fiduciariamente ao autor, deixando de efetuar o pagamento das prestações a partir de 10/08/2022, causando a antecipação de todas as demais. Encontrando-se a ré em lugar ignorado, foi deferida sua **CITAÇÃO por EDITAL,** para que no prazo de 03 (três) dias pague o débito, atualizado, mais honorários advocatícios de 5% do valor da causa (art. 827, §1º do CPC), com isenção das custas processuais, ou ainda, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de 30% do valor da causa, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês, ou ainda, **OFEREÇA EMBARGOS,** no prazo de 15 dias, que fluirão após o prazo de decurso de 30 dias do presente edital, sob pena de penhora e avaliação. No silêncio, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Guararema, aos 11 de março de 2024.

Ação Comunitária do Brasil – Vocação

CNPJ/MF nº 61.750.246/0001-75

Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores **Conselheiros e Associados** da Ação Comunitária do Brasil – Vocação, para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária**, no dia 30 de Abril de 2024, em primeira convocação às 18h, na Pinheiro Neto Advogados, sito à Rua Hungria, 1.100 – Sala 1 – Jardim Europa – São Paulo, ou para aqueles que não puderem se fazer presente, no seguinte endereço eletrônico: https://bit.ly/AssembleiaVocacao2024 para discussão da seguinte ordem do dia: • Apreciação do relatório de atividades e das contas do exercício de 2023; • Apreciação do orçamento anual para 2024; • Eleger ou destituir Conselheiros e dar posse aos membros eleitos para os Conselhos de Administração e Fiscal. São Paulo, 10 de Abril de 2024. ***Marcelo Luis Meirelles de Lucca*** *– Presidente Voluntário do Conselho de Administração.* (11, 12 e 13/04/2024)

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL - VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO. Art. 887, § 3º/CPC. EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. Dora Plat - Leiloeira Oficial - JUCESP 744. 25ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL. Processo: nº 1019210-21.2017.8.26.0100. Executado: ESPOLIO DE ALFIO CIARNUTO. Apto. c/120,25m². Rua Ponta Delgada, nº 76, São Paulo/SP - Contribuinte nº 29909802943. Descrição completa na Matrícula nº 89.772 do 4º CRI de São Paulo/SP. Lance mínimo na 1ª praça: R$ 527.084,20 - Lance mínimo na 2ª praça: R$ 316.250,52 (60% do valor de avaliação) (sujeitos à atualização). **DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 31/05/2024 às 11h30min, e termina em 03/06/2024 às 11h30min; 2ª Praça começa em 03/06/2024 às 11h31min, e termina em 24/06/2024 às 11h30min.** Fica o executado ESPOLIO DE ALFIO CIARNUTO, bem como seu cônjuge, se casado for, e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 23/07/2021.

zuk | PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003-0077 | PORTALZUK.COM.BR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.428.850, em 09 de setembro de 2022, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **VANDUIR SILVA LIMA,** brasileiro, maior, cozinheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 63.277.212-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 961.956.655-68, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com **JACQUELINE PEREIRA DE AMORIM**, brasileira, maior, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG n° 40.804.905-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n° 332.957.418-67, residentes e domiciliados na Rua Baltazar Lopes Fragoso, n° 2002 – Bairro Jardim Aracati, CEP 04949-130, os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini* desde 2007, adquirida através de Contrato Particular de Compromisso de Venda e Compra, datado de 04 de outubro de 2007; posse essa que se refere ao PRÉDIO situado na Rua Baltazar Lopes Fragoso, sem numero (emplacado como 2002), antiga Rua Oito, e seu terreno com área de superfície de 124,70m², correspondente à parte do lote 26 da quadra X, do loteamento denominado Jardim Aracati, no 29º Subdistrito – Santo Amaro, imóvel esse cadastrado na Municipalidade de São Paulo, pelo contribuinte nº 164.075.0032-6; imóvel esse que se acha registrado em área maior conforme a matrícula nº 284.392. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos LUIZ ANTONIO COUTINHO DE SOUZA DIAS, CLARICE TEIXEIRA BEZERRA, MARCELO DA SILVA TURATTI, EDUARDO GOMES BEZERRA, CLARICE TEIXEIRA BEZERRA, JOSE TEODOSIO ROMÃO, IVANETE DOS SANTOS ROMÃO, EDI ANTONIO DOS SANTOS, JOSE RAIMUNDO CONCEIÇÃO SANTOS, MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS DA SILVA, JOSÉ GOMES VALENTE, ANISIA FEIJÓ VALENTE, JOCENILTON GOMES DE SOUZA, ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE BOM PASTOR e MARIA JOSÉ COELHO SILVA, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 149/2023, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 10 de abril de 2024. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.402.145, em 24 de março de 2022, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **PEDRO ALVES DE CARVALHO**, brasileiro, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG n° 4.697.590-1-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n° 084.117.868-20 e sua esposa **CONCEIÇÃO SANTANA DE CARVALHO**, brasileira, aposentada, portadora da Cédula de Identidade RG n° 5.283.709-9-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n° 146.925.178-75, residentes e domiciliados na Rua João de Santana, n° 275, Chácara Santana, São Paulo – SP, os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com animus domini, desde 2006, adquirida através de Instrumento particular de compromisso de venda e compra datado de 31 de março de 2006, celebrado com Raimundo Filomeno Machado; posse essa que se refere ao IMÓVEL situado na Rua Felipe de Santiago, n° 275, antiga Rua Nove, correspondente ao lote 24 da quadra "E", do loteamento denominado "Chácara Santana", e seu terreno com área de superfície de 250,00m², no 29º Subdistrito – Santo Amaro, imóvel esse cadastrado na Municipalidade de São Paulo pelo contribuinte nº 165.113.0024-1 e que se acha registrado em área maior conforme inscrições nºs 15.692 e 17.806, inseridas na área maior das transcrições nºs 11.944, 18.400 e 63.167. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos BRASILIO ROSSETTI, GENOEFFA COPPINI ROSSETTI, IVO PELLEGRINO, DALVA MATIAS PELLEGRINO, ECASA EMPREENDIENTOS S/C LTDA, VICENTE PETRILLI, THEREZA MONTELEONE PETRILLI, MARIA JACINTA ANTÎNIO ROSSETTI, DALVA MATTOS PELLEGRINI, RAFAEL PELLEGRINO, RAIMUNDO FILOMENO MACHADO, PROCOPIO RIBEIRO DOS SANTOS, JOÃO BINA DOS SANTOS, ROSANGELA PORCENA DA SILVA, MARIA LUCILEIDE FERREIRA DOS SAMTOS, ANITA LINA MORATO, SAMUEL DE MORAES MORATO, ALESSANDRA LINO DOS SANTOS NOVAIS, ALAN LINO DOS SANTOS, ADELMO LINO DOS SANTOS, ROQUE PEREIRA DO CARMO e MARIA DO CARMO PEREIRA, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 149/2023, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 08 de abril de 2024. O Oficial.

O **Banco Santander (Brasil) S/A,** torna público, para conhecimento dos interessados, que os imóveis de sua propriedade e das empresas de mesmo grupo econômico serão vendidos um a um, a quem maior lance oferecer, através de Leilão Online, que encerrará dia **12 de abril de 2024 a partir das 16h00** pelo site sold.superbid.net, sendo o Leiloeiro responsável: Alexandre Travassos, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1.177 - Jardim Elisa - Embu das Artes/SP, matrícula JUCESP n° 951. O leilão será online, através do portal sold.superbid.net regido pelas normas e disposições (incluindo condições de pagamento) consignadas no Edital, disponível no site indicado, que os interessados aceitam por adesão sem qualquer restrição ou ressalva e pela legislação aplicável. **Para imóveis ocupados por terceiros, a desocupação e propositura de eventual Ação de Imissão na Posse correrá por conta e risco dos arrematantes.** Listagem de imóveis a serem leiloados: **Lote 1:** Casa 101m², Ocupado, Rua Luzia Arantes de Freitas, 82, Condomínio Residencial Sousa Lote 9ª, Quadra 23, São Paulo, Santa Helena de Goiás, GO, CEP: 75920-000. **Lance Inicial: R$ 226.560,00. Lote 2:** Casa 76m², Ocupado, Rua Geraldo de Souza Barbosa, 315, Lote n° 22, Da Quadra A - Loteamento Portal Kennedy L, Jose Maciel, Belo Jardim, PE, CEP: 55151-690. **Lance Inicial: R$ 92.064,00. Lote 3:** Casa 181m², Ocupado, R Angelo Cancian, 94, Jardim America, Sertãozinho, SP, CEP: 14160-300. **Lance Inicial: R$ 325.440,00. Lote 4:** Casa 49m², Ocupado, Rua Luiz Valentim, 168, Unidade Residencial A, Condomínio Residencial Flórida, Residencial Lino Pavesi, Marumbi, PR, CEP: 86910-000. **Lance Inicial: R$ 96.000,00.**

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105
Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

Edital de Citação Jamil Caixe. Prazo de 20 (vinte)dias. Processo nº 1075953-85.2016.8.26.0100. O Doutor **Sergio Serrano Nunes Filho**, MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(o) **Jamil Caixe, brasileiro, Empresário, CPF 074.451.561-00**, com endereço à Av. Edmundo Pinheiro, 31, AP 2002-S, Pedro Ludovico, Goiânia-GO, 74823-030, que lhe foi proposta uma ação de **Ação de Execução** por Quantia Certa Contra Devedor Solvente por parte de **Banco Safra S/A**, alegan do em síntese que: é credor de cédulas de crédito bancário firmado entre as partes junto ao banco credor. Encontrando-se o executado em lu gar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta, bem como, intimação do arresto online realizado(fls.708 e ss.)para que, no prazo de 15dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Perma necendo inerte, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei, sendo este Foro Cen tral Cível 11ª Vara Cível, Praça João Mendes s/nº, 12º andar, sala 1220, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9247, São Paulo - SP - E-mail: upj11a15cv@tjsp.jus.br. **São Paulo, vinte e três de novembro de dois mil e vinte e três (23/11/2023)**.

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 10/04/2024 22:51:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://flip.gazetasp.com.br*